



Maria da Graça Carvalho
Deputada pelo PSD ao Parlamento Europeu



OE e o reforço na confiança

O nosso quotidiano é marcado por uma crise profunda de confiança nas nossas instituições, para a qual têm contribuído fortemente as últimas notícias sobre alegadas violações à liberdade de imprensa. O debate em torno da elaboração do orçamento de Estado, deveria contribuir para reforçar a confiança dos cidadãos portugueses nas suas instituições, mas bem pelo contrário, tem vindo a agravar o sentimento geral de desconfiança. Não seria de esperar outra coisa num país em que um indicador tão importante como o défice salta de 5.9 %, em Setembro de 2009, para 8 % em Dezembro do mesmo ano, e para 9.3 % no início do ano seguinte. Em quem deverão confiar os portugueses quando são os principais responsáveis pelo controlo deste indicador, o ministro das Finanças e o Governador do Banco de Portugal, os primeiros a confessarem-se surpreendidos com o valor do défice?

Na sua proposta de orçamento para 2010 o Governo volta a transmitir sinais errados e desconcertantes à sociedade, não contribuindo para aumentar a confiança dos cidadãos, e muito menos das agências internacionais, nas nossas instituições. A dramatização à volta do presente orçamento, encenada para fazer passar medidas impopulares de redução da despesa, não pode ocultar o facto incontroverso de que as medidas anunciadas passam, no essencial, pelo encaixe de verbas pontuais, irrepetíveis, que acabam por deixar a estrutura da despesa do Estado inalterada para os anos vindouros. Perde-se assim, mais uma vez, a oportunidade de encetar uma reestruturação da despesa do Estado e de diminuir o esforço exagerado que é exigido à sociedade para sustentar os desperdícios e as ineficiências do mesmo.

O contribuinte sentir-se-ia muito mais respeitado se o Governo desse passos firmes no sentido de proceder a uma reforma séria do aparelho de Estado, no sentido de diminuir de forma significativa a rigidez da despesa pública, eliminando despesas supérfluas, reduzindo ou extinguindo serviços cujas actividades se sobrepõem ou que podem ser exercidas com mais eficácia por empresas ou por outras entidades da sociedade civil. A diferenciação entre a entidade que define e controla um serviço e a entidade que presta esse serviço deveria tornar-se um princípio de organização do Estado.

O futuro de Portugal exige uma sociedade civil moderna, mais livre e mais responsável.

A actual opção do Governo pela resposta fácil ao problema do défice - as privatizações, o congelamento duradouro dos salários, a subida dos impostos a alguns - não contribui para aumentar a confiança dos cidadãos nas suas instituições e, provavelmente, não irá evitar que os mesmos venham a ser onerados com mais impostos no futuro. Aliás, com esta opção nem mesmo a confiança das agências de 'rating' do Governo conseguiu granjear.

É imperativo restabelecer a confiança dos portugueses nas suas instituições. Os escassos recursos da sociedade portuguesa, colocados nas mãos do Governo por via dos impostos, não podem continuar a ser esbanjados no fado das "obras a mais" ou a ser dissipados por uma clientela ávida de pareceres, estudos e projectos acessórios e desnecessários, que gravita em redor das instituições. O futuro de Portugal exige uma sociedade civil moderna, mais livre, mais responsável, bem interligada, capaz de se organizar em redes de confiança descentralizadas e dinâmicas. Para tal não contribui um aparelho de Estado excessivamente centralizado e burocratizado, cujo peso exagerado e reconhecida ineficiência minam a confiança dos portugueses nas suas instituições. Esperemos que a próxima oportunidade, a elaboração do Pacto de Estabilidade e Crescimento, não seja desperdiçada e venha contribuir de forma incisiva para inverter esta situação. ■